



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

MENSAGEM Nº 228 - DO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADOPOLIS

Pradópolis, 15 de julho de 2021.

**Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores.**

CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS -
SP



PROTOCOLO GERAL 265/2021
Data: 15/07/2021 - Horário: 16:10
Administrativo - PROT 265/2021

Tenho a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa colenda Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei Complementar que **“INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS, A TAXA DE SERVIÇO DE COLETA, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO OU RESÍDUOS - TSLR, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.026/2020, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.445/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**, a fim de que sua apreciação e aprovação ocorra nos termos do “caput” do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, bem como observadas as disposições pertinentes do Regimento Interno dessa ilustre Casa Legislativa.

A instituição da Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos - TSLR, que será utilizada para custear as despesas com os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados no município e distritos, está sendo criada, por força da Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal de Saneamento Básico.

De acordo com a legislação federal acima citada, os Municípios brasileiros que não cobram taxa de coleta e destinação de resíduos sólidos precisarão criar esses tributos até 15 de julho de 2021. Pradópolis é uma das cidades que terão que se adequar à nova legislação federal, que busca, com a medida, garantir sustentabilidade financeira a esses serviços prestados nos municípios. O não cumprimento dessa exigência configura renúncia de receita, que, nesse caso, pode gerar punições para os gestores públicos.

O cenário no Brasil é precário: apenas 13% dos resíduos vão para lixões, sem qualquer controle ambiental, e outros 11,4% são depositados em aterros controlados que também são irregulares. Apenas 47 % das cidades brasileiras fazem algum tipo de cobrança pela gestão do lixo e, mesmo nesses locais, o valor arrecadado cobre apenas 54,3% das despesas e o restante é suportado pelas prefeituras. Todos esses dados são do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) de 2018, o mais recente.

Nesse passo, necessário registrar-se que o artigo 35, § 2º da Lei Federal nº 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico, consignou que:

“Art. 35. As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

*§ 2º A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço nos termos deste artigo, **no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço,** do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.” (grifo nosso)*

Deste modo, revela-se **absolutamente necessário** a apreciação da presente propositura pelo Legislativo Municipal, principalmente no que toca as consequências referidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, cabe ressaltar que desde o ano de 2019, a Administração Municipal adequou, de acordo com o determinado pela CETESB, a prestação de serviços público de recepção, triagem, processamento, peneiramento e destinação dos resíduos sólidos provenientes da construção civil, limpeza urbana e massa verde.

Além do serviço acima mencionado, o Município de Pradópolis detém os serviços básicos como de coleta de lixo domiciliar e sua destinação ao aterro sanitário.

Sabemos que o momento não é propício para instituir taxas, tendo a pandemia, que prejudicou a renda da população, entretanto se não o fizermos sofreremos fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e o Município poderá ser penalizado, prejudicando, deste modo, todos os munícipes, além do impedimento do município receber recursos federais.

Porém, nós gestores, temos um grande desafio político e estamos sem alternativa, pois caso não haja a instituição da cobrança até 15 de julho do corrente ano, a omissão será considerada caso de renúncia de receita, o que fere a lei de responsabilidade fiscal, e o Chefe do Poder Executivo será responsabilizado.

Somente a título de esclarecimento, cabe informar a todos os senhores a forma de calculo para a cobrança desta taxa. Foram levados em consideração todos os custos do ano de 2020 necessários para o serviço de limpeza pública, o qual se inclui coleta de lixo domiciliar, resíduos de construção civil, entulhos, entre outros. Vejamos os custos:

ATERRO SANITÁRIO/ABASTECIMENTOS/EPI'S	
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LIMPEZA PÚBLICA:	R\$ 437.149,41
ESAL - "CAVA":	R\$ 508.350,00
MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES LIMPEZA:	R\$ 15.469,67



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

SERVIDORES LOTADOS NA LIMPEZA PÚBLICA:

R\$ 432.041,02

R\$ 1.393.010,10

Após, verificamos a área quadrada construída de todos os imóveis da cidade, que perfaz um total de **759.755,94 m²**.

Em seguida, para chegar ao valor, foi feita a seguinte fórmula, conforme planilha anexa (doc. j.)

Soma de todos os custos com limpeza pública (R\$)

----- = Resultando no valor da TSLR: (R\$/m²)/ano
Área construída de todos os imóveis da cidade (m²)

Desta forma, resultou-se num valor de R\$ 1,83 (um real e oitenta e três centavos) por metro quadro de imóvel construído por ano. Assim, estará sendo atendida toda norma federal que determina que o serviço público deve se auto-sustentar.

Neste contexto, a aprovação da presente propositura se revela de interesse público, sendo que a cobrança da taxa tem como finalidade assegurar uma maior eficiência econômica na prestação do serviço de manejo de resíduos urbanos.

Por fim, considerando as razões e os fundamentos expostos aqui de forma sucinta, é que encaminho a presente propositura, esperando de Vossa Excelência e dos nobres pares, após o cumprimento das formalidades regimentais, seja a mesma apreciada e aprovada na íntegra.

À oportunidade renovo a Vossa Excelência e demais Pares, os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,



SILVIO MARTINS
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor Vereador, **FÁBIO PEREIRA DA COSTA**, Presidente da Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Ver mais...

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Art. 2º A ementa da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico."

Art. 3º A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Lei cria a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, e estabelece regras para sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos." (NR)

“Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), com a finalidade de implementar, no âmbito de suas competências, a Política Nacional de Recursos Hídricos e de instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

.....” (NR)

“Art. 4º

.....

XXIII - declarar a situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando houver; e

XXIV - estabelecer e fiscalizar o cumprimento de regras de uso da água, a fim de assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação crítica de escassez de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII do **caput** deste artigo.

.....

§ 2º (Revogado).

.....

§ 9º As regras a que se refere o inciso XXIV do **caput** deste artigo serão aplicadas aos corpos hídricos abrangidos pela declaração de situação crítica de escassez de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII do **caput** deste artigo.

§ 10. A ANA poderá delegar as competências estabelecidas nos incisos V e XII do **caput** deste artigo, por meio de convênio ou de outro instrumento, a outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e distrital.” (NR)

“ Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

I - padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico;

II - regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

III - padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades;

IV - metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos;

V - critérios para a contabilidade regulatória;

VI - redução progressiva e controle da perda de água;

VII - metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados;

VIII - governança das entidades reguladoras, conforme princípios estabelecidos no art. 21 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

IX - reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública;

X - parâmetros para determinação de caducidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

XI - normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes;

XII - sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico;

XIII - conteúdo mínimo para a prestação universalizada e para a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico contemplarão os princípios estabelecidos no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e serão instituídas pela ANA de forma progressiva.

§ 3º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico deverão:

I - promover a prestação adequada dos serviços, com atendimento pleno aos usuários, observados os princípios da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia, da modicidade tarifária, da utilização racional dos recursos hídricos e da universalização dos serviços;

II - estimular a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços;

III - estimular a cooperação entre os entes federativos com vistas à prestação, à contratação e à regulação dos serviços de forma adequada e eficiente, a fim de buscar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária;

IV - possibilitar a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais;

V - incentivar a regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

VI - estabelecer parâmetros e periodicidade mínimos para medição do cumprimento das metas de cobertura dos serviços e do atendimento aos indicadores de qualidade e aos padrões de potabilidade, observadas as peculiaridades contratuais e regionais;

VII - estabelecer critérios limitadores da sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações; e

VIII - assegurar a prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 4º No processo de instituição das normas de referência, a ANA:

I - avaliará as melhores práticas regulatórias do setor, ouvidas as entidades encarregadas da regulação e da fiscalização e as entidades representativas dos Municípios;

II - realizará consultas e audiências públicas, de forma a garantir a transparência e a publicidade dos atos, bem como a possibilitar a análise de impacto regulatório das normas propostas; e

III - poderá constituir grupos ou comissões de trabalho com a participação das entidades reguladoras e fiscalizadoras e das entidades representativas dos Municípios para auxiliar na elaboração das referidas normas.

§ 5º A ANA disponibilizará, em caráter voluntário e com sujeição à concordância entre as partes, ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadores de serviços públicos de saneamento básico.

§ 6º A ANA avaliará o impacto regulatório e o cumprimento das normas de referência de que trata o § 1º deste artigo pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela regulação e pela fiscalização dos serviços.

§ 7º No exercício das competências a que se refere este artigo, a ANA zelará pela uniformidade regulatória do setor de saneamento básico e pela segurança jurídica na prestação e na regulação dos serviços, observado o disposto no inciso IV do § 3º deste artigo.

§ 8º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as normas de referência de regulação tarifária estabelecerão os mecanismos de subsídios para as populações de baixa renda, a fim de possibilitar a universalização dos serviços, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e, quando couber, o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários dos serviços.

§ 9º Para fins do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, as normas de referência regulatórias estabelecerão parâmetros e condições para investimentos que permitam garantir a manutenção dos níveis de serviços desejados durante a vigência dos contratos.

§ 10. Caberá à ANA elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas.

§ 11. Caberá à ANA promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

§ 12. A ANA contribuirá para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos."

"Art. 4º-B. A ANA manterá atualizada e disponível, em seu sítio eletrônico, a relação das entidades reguladoras e fiscalizadoras que adotam as normas de referência nacionais para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a viabilizar o acesso aos recursos públicos federais ou a contratação de financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da administração pública federal, nos termos do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º A ANA disciplinará, por meio de ato normativo, os requisitos e os procedimentos a serem observados pelas entidades encarregadas da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para a comprovação da adoção das normas regulatórias de referência, que poderá ser gradual, de modo a preservar as expectativas e os direitos decorrentes das normas a serem substituídas e a propiciar a adequada preparação das entidades reguladoras.

§ 2º A verificação da adoção das normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico estabelecidas pela ANA ocorrerá periodicamente e será obrigatória no momento da contratação dos financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da administração pública federal."

" Art. 8º A ANA dará publicidade aos pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União por meio de publicação em seu sítio eletrônico, e os atos administrativos que deles resultarem serão publicados no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da ANA." (NR)

"Art. 8º-A. A ANA poderá criar mecanismos de credenciamento e descredenciamento de técnicos, de empresas especializadas, de consultores independentes e de auditores externos para obter, analisar e atestar informações ou dados necessários ao desempenho de suas atividades."

"Art. 11.

§ 1º É vedado aos dirigentes da ANA, conforme disposto em seu regimento interno, ter interesse direto ou indireto em empresa relacionada com o Singreh e em empresa relacionada com a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

....."

(NR)

"Art. 13.

.....

XI - encaminhar periodicamente ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb) os relatórios analisados pela Diretoria Colegiada e os demais assuntos do interesse desse órgão." (NR)

"Art. 17-A. O Ministério da Economia fica autorizado a promover a lotação ou o exercício de servidores de órgãos e de entidades da administração pública federal na ANA.

Parágrafo único. A lotação ou o exercício de servidores de que trata o **caput** deste artigo ocorrerá sem prejuízo de outras medidas de fortalecimento da capacidade institucional."

Art. 4º A ementa da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e dá outras providências."

Art. 5º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam criados, no quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os seguintes cargos efetivos, integrantes de carreiras de mesmo nome, e respectivos quantitativos:

I - 239 (duzentos e trinta e nove) cargos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico;

....."
(NR)

"Art. 3º É atribuição do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico o exercício de atividades de nível superior de elevada complexidade relativas à gestão de recursos hídricos, que envolvam:

I - regulação, outorga, inspeção, fiscalização e controle do uso de recursos hídricos e da prestação de serviços públicos na área de saneamento básico;

II - elaboração de normas de referência para a regulação do uso de recursos hídricos e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

III - implementação e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;

IV - análise e desenvolvimento de programas e projetos sobre:

a) depoluição de bacias hidrográficas;

b) eventos críticos em recursos hídricos; e

c) promoção do uso integrado de solo e água;

V - promoção de ações educacionais em recursos hídricos;

VI - promoção e fomento de pesquisas científicas e tecnológicas nas áreas de desenvolvimento sustentável, conservação e gestão de recursos hídricos e saneamento básico, envolvendo a promoção de cooperação e a divulgação técnico-científica, bem como a transferência de tecnologia nas áreas; e

VII - outras ações e atividades análogas decorrentes do cumprimento das atribuições institucionais da ANA.

§ 1º (Revogado).

§ 2º No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes do cargo efetivo de que trata o **caput** deste artigo as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções." (NR)

"Art. 8º

Parágrafo único. A investidura nos cargos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo ocorrerá, exclusivamente, no padrão inicial da classe inicial da respectiva tabela." (NR)

Art. 6º A ementa da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978."

Art. 7º A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

.....
VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

.....
VIII - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários;

.....
XI - segurança, qualidade, regularidade e continuidade;

XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva;

XIV - prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;

XV - seleção competitiva do prestador dos serviços; e

XVI - prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário." (NR)

" Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

II - gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços previstos no inciso XIV do **caput** deste artigo, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico;

.....
VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

a) região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião: unidade instituída pelos Estados mediante lei complementar, de acordo com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, composta de agrupamento de Municípios limítrofes e instituída nos termos da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole);

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar viabilidade econômica e técnica aos Municípios menos favorecidos;

c) bloco de referência: agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, estabelecido pela União nos termos do § 3º do art. 52 desta Lei e formalmente criado por meio de gestão associada voluntária dos titulares;

VII - subsídios: instrumentos econômicos de política social que contribuem para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico por parte de populações de baixa renda;

VIII - localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

IX - contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico;

X - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias com área inferior à fração mínima de parcelamento prevista no art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

XI - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não tenha sido possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

XII - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município ou pelo Distrito Federal;

XIII - operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços;

XIV - serviços públicos de saneamento básico de interesse comum: serviços de saneamento básico prestados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por lei complementar estadual, em que se verifique o compartilhamento de instalações operacionais de infraestrutura de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário entre 2 (dois) ou mais Municípios, denotando a necessidade de organizá-los, planejá-los, executá-los e operá-los de forma conjunta e integrada pelo Estado e pelos Municípios que compartilham, no todo ou em parte, as referidas instalações operacionais;

XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município;

XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;

XVII - sistema individual alternativo de saneamento: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública;

XVIII - sistema separador absoluto: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário;

XIX - sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.

.....
§ 4º (VETADO).

§ 5º No caso de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos Municípios que a integram." (NR)

" Art. 3º-A. Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a essa finalidade, as seguintes atividades:

I - reservação de água bruta;

II - captação de água bruta;

III - adução de água bruta;

IV - tratamento de água bruta;

V - adução de água tratada; e

VI - reservação de água tratada.”

“ Art. 3º-B. Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários;

II - transporte dos esgotos sanitários;

III - tratamento dos esgotos sanitários; e

IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais de forma ambientalmente adequada, incluídas fossas sépticas.

Parágrafo único. Nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou outras áreas do perímetro urbano ocupadas predominantemente por população de baixa renda, o serviço público de esgotamento sanitário, realizado diretamente pelo titular ou por concessionário, inclui conjuntos sanitários para as residências e solução para a destinação de efluentes, quando inexistentes, assegurada compatibilidade com as diretrizes da política municipal de regularização fundiária.”

“ Art. 3º-C. Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

I - resíduos domésticos;

II - resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, que, por decisão do titular, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que tais resíduos não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e

III - resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana, tais como:

a) serviços de varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos;

b) asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;

c) raspagem e remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos;

d) desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;

e) limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e

f) outros eventuais serviços de limpeza urbana.”

“ Art. 3º-D. Consideram-se serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades:

I - drenagem urbana;

II - transporte de águas pluviais urbanas;

III - detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias; e

IV - tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.”

“Art. 7º

I - de coleta, de transbordo e de transporte dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 3º desta Lei;

II - de triagem, para fins de reutilização ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de destinação final dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 3º desta Lei; e

III - de varrição de logradouros públicos, de limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, de limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, e de outros eventuais serviços de limpeza urbana, bem como de coleta, de acondicionamento e de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dessas atividades." (NR)

"Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;

II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

§ 1º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente composto de Municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

II - os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

§ 2º Para os fins desta Lei, as unidades regionais de saneamento básico devem apresentar sustentabilidade econômico-financeira e contemplar, preferencialmente, pelo menos 1 (uma) região metropolitana, facultada a sua integração por titulares dos serviços de saneamento.

§ 3º A estrutura de governança para as unidades regionais de saneamento básico seguirá o disposto na Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole).

§ 4º Os Chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão formalizar a gestão associada para o exercício de funções relativas aos serviços públicos de saneamento básico, ficando dispensada, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legal.

§ 5º O titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização desses serviços, independentemente da modalidade de sua prestação." (NR)

"Art. 8º-A. É facultativa a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada."

"Art. 8º-B. No caso de prestação regionalizada dos serviços de saneamento, as responsabilidades administrativa, civil e penal são exclusivamente aplicadas aos titulares dos serviços públicos de saneamento, nos termos do art. 8º desta Lei."

"Art. 9º

I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão;

II - prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

III - definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - estabelecer os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 3º desta Lei;

VI - implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos.

Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o **caput** deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços." (NR)

" Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º (Revogado).

I - (revogado).

a) (revogada).

b) (revogada).

II - (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Os contratos de programa regulares vigentes permanecem em vigor até o advento do seu termo contratual." (NR)

" Art. 10-A. Os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, além das seguintes disposições:

I - metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reúso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados;

II - possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reúso, com possibilidade de as receitas serem compartilhadas entre o contratante e o contratado, caso aplicável;

III - metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato; e

IV - repartição de riscos entre as partes, incluindo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

§ 1º Os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderão prever mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 2º As outorgas de recursos hídricos atualmente detidas pelas empresas estaduais poderão ser segregadas ou transferidas da operação a ser concedida, permitidas a continuidade da prestação do serviço público de produção de água pela

empresa detentora da outorga de recursos hídricos e a assinatura de contrato de longo prazo entre esta empresa produtora de água e a empresa operadora da distribuição de água para o usuário final, com objeto de compra e venda de água.”

“ Art. 10-B. Os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos desta Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.

Parágrafo único. A metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.”

“Art. 11.

.....
II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico;

.....
V - a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico.

.....
§ 2º

.....
II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de redução progressiva e controle de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados e com o respectivo plano de saneamento básico;

.....
§ 5º Fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico.” (NR)

“ Art. 11-A. Na hipótese de prestação dos serviços públicos de saneamento básico por meio de contrato, o prestador de serviços poderá, além de realizar licitação e contratação de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e desde que haja previsão contratual ou autorização expressa do titular dos serviços, subdelegar o objeto contratado, observado, para a referida subdelegação, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

§ 1º A subdelegação fica condicionada à comprovação técnica, por parte do prestador de serviços, do benefício em termos de eficiência e qualidade dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º Os contratos de subdelegação disporão sobre os limites da sub-rogação de direitos e obrigações do prestador de serviços pelo subdelegatário e observarão, no que couber, o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei, bem como serão precedidos de procedimento licitatório.

§ 3º Para a observância do princípio da modicidade tarifária aos usuários e aos consumidores, na forma da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ficam vedadas subconcessões ou subdelegações que impliquem sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final.

§ 4º Os Municípios com estudos para concessões ou parcerias público-privadas em curso, pertencentes a uma região metropolitana, podem dar seguimento ao

processo e efetivar a contratação respectiva, mesmo se ultrapassado o limite previsto no **caput** deste artigo, desde que tenham o contrato assinado em até 1 (um) ano.

§ 5º (VETADO).

§ 6º Para fins de aferição do limite previsto no **caput** deste artigo, o critério para definição do valor do contrato do subdelegatário deverá ser o mesmo utilizado para definição do valor do contrato do prestador do serviço.

§ 7º Caso o contrato do prestador do serviço não tenha valor de contrato, o faturamento anual projetado para o subdelegatário não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento anual projetado para o prestador do serviço."

" Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

§ 1º Os contratos em vigor que não possuírem as metas de que trata o **caput** deste artigo terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão.

§ 2º Contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no **caput** deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no **caput** deste artigo, incluídas as seguintes:

I - prestação direta da parcela remanescente;

II - licitação complementar para atingimento da totalidade da meta; e

III - aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada.

§ 3º As metas de universalização deverão ser calculadas de maneira proporcional no período compreendido entre a assinatura do contrato ou do termo aditivo e o prazo previsto no **caput** deste artigo, de forma progressiva, devendo ser antecipadas caso as receitas advindas da prestação eficiente do serviço assim o permitirem, nos termos da regulamentação.

§ 4º É facultado à entidade reguladora prever hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 5º O cumprimento das metas de universalização e não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento deverá ser verificado anualmente pela agência reguladora, observando-se um intervalo dos últimos 5 (cinco) anos, nos quais as metas deverão ter sido cumpridas em, pelo menos, 3 (três), e a primeira fiscalização deverá ser realizada apenas ao término do quinto ano de vigência do contrato.

§ 6º As metas previstas neste artigo deverão ser observadas no âmbito municipal, quando exercida a titularidade de maneira independente, ou no âmbito da prestação regionalizada, quando aplicável.

§ 7º No caso do não atingimento das metas, nos termos deste artigo, deverá ser iniciado procedimento administrativo pela agência reguladora com o objetivo de avaliar as ações a serem adotadas, incluídas medidas sancionatórias, com eventual declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito à ampla defesa.

§ 8º Os contratos provisórios não formalizados e os vigentes prorrogados em desconformidade com os regramentos estabelecidos nesta Lei serão considerados irregulares e precários.

§ 9º Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização na data referida no **caput**

deste artigo, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora, que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária.”

“ Art. 17. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

§ 1º O plano regional de saneamento básico poderá contemplar um ou mais componentes do saneamento básico, com vistas à otimização do planejamento e da prestação dos serviços.

§ 2º As disposições constantes do plano regional de saneamento básico prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem.

§ 3º O plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.

§ 4º O plano regional de saneamento básico poderá ser elaborado com suporte de órgãos e entidades das administrações públicas federal, estaduais e municipais, além de prestadores de serviço.” (NR)

“Art. 18. Os prestadores que atuem em mais de um Município ou região ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município ou região manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios ou regiões atendidas e, se for o caso, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Nos casos em que os contratos previstos no **caput** deste artigo se encerrarem após o prazo fixado no contrato de programa da empresa estatal ou de capital misto contratante, por vencimento ordinário ou caducidade, o ente federativo controlador da empresa delegatária da prestação de serviços públicos de saneamento básico, por ocasião da assinatura do contrato de parceria público-privada ou de subdelegação, deverá assumir esses contratos, mantidos iguais prazos e condições perante o licitante vencedor.” (NR)

“ Art. 18-A. O prestador dos serviços públicos de saneamento básico deve disponibilizar infraestrutura de rede até os respectivos pontos de conexão necessários à implantação dos serviços nas edificações e nas unidades imobiliárias decorrentes de incorporação imobiliária e de parcelamento de solo urbano.

Parágrafo único. A agência reguladora instituirá regras para que empreendedores imobiliários façam investimentos em redes de água e esgoto, identificando as situações nas quais os investimentos representam antecipação de atendimento obrigatório do operador local, fazendo jus ao ressarcimento futuro por parte da concessionária, por critérios de avaliação regulatórios, e aquelas nas quais os investimentos configuram-se como de interesse restrito do empreendedor imobiliário, situação na qual não fará jus ao ressarcimento.”

“Art. 19.

§ 1º Os planos de saneamento básico serão aprovados por atos dos titulares e poderão ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com os planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas.

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos.

§ 9º Os Municípios com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes poderão apresentar planos simplificados, com menor nível de detalhamento dos aspectos previstos nos incisos I a V do **caput** deste artigo.” (NR)

“ Art. 21. A função de regulação, desempenhada por entidade de natureza autárquica dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, atenderá aos princípios de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

I - (revogado);

II - (revogado).” (NR)

“Art. 22.

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.” (NR)

“ Art. 23. A entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

.....
XI - medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;

.....
XIII - procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções previstas nos instrumentos contratuais e na legislação do titular; e

XIV - diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água.

§ 1º A regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora, e o ato de delegação explicitará a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 1º-A. Nos casos em que o titular optar por aderir a uma agência reguladora em outro Estado da Federação, deverá ser considerada a relação de agências reguladoras de que trata o art. 4º-B da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e essa opção só poderá ocorrer nos casos em que:

I - não exista no Estado do titular agência reguladora constituída que tenha aderido às normas de referência da ANA;

II - seja dada prioridade, entre as agências reguladoras qualificadas, àquela mais próxima à localidade do titular; e

III - haja anuência da agência reguladora escolhida, que poderá cobrar uma taxa de regulação diferenciada, de acordo com a distância de seu Estado.

§ 1º-B. Selecionada a agência reguladora mediante contrato de prestação de serviços, ela não poderá ser alterada até o encerramento contratual, salvo se deixar de adotar as normas de referência da ANA ou se estabelecido de acordo com o prestador de serviços.

.....
§ 4º No estabelecimento de metas, indicadores e métodos de monitoramento, poderá ser utilizada a comparação do desempenho de diferentes prestadores de

serviços.” (NR)

“ Art. 25-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observada a legislação federal pertinente.”

“ Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos, conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; e

III - de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, na forma de tributos, inclusive taxas, ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou das suas atividades.

.....
§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários que não tenham capacidade de pagamento suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

§ 3º As novas edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, nos termos da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016.

§ 4º Na hipótese de prestação dos serviços sob regime de concessão, as tarifas e preços públicos serão arrecadados pelo prestador diretamente do usuário, e essa arrecadação será facultativa em caso de taxas.

§ 5º Os prédios, edifícios e condomínios que foram construídos sem a individualização da medição até a entrada em vigor da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016, ou em que a individualização for inviável, pela onerosidade ou por razão técnica, poderão instrumentalizar contratos especiais com os prestadores de serviços, nos quais serão estabelecidos as responsabilidades, os critérios de rateio e a forma de cobrança.” (NR)

“ Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços públicos de saneamento básico considerará os seguintes fatores:

.....”
(NR)

“ Art. 31. Os subsídios destinados ao atendimento de usuários determinados de baixa renda serão, dependendo da origem dos recursos:

I - (revogado);

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções; e

III - internos a cada titular ou entre titulares, nas hipóteses de prestação regionalizada.” (NR)

“ Art. 35. As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

I - (revogado);

II - as características dos lotes e as áreas que podem ser neles edificadas;

.....
IV - o consumo de água; e

V - a frequência de coleta.

§ 1º Na hipótese de prestação de serviço sob regime de delegação, a cobrança de taxas ou tarifas poderá ser realizada na fatura de consumo de outros serviços públicos, com a anuência da prestadora do serviço.

§ 2º A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

§ 3º Na hipótese de prestação sob regime de delegação, o titular do serviço deverá obrigatoriamente demonstrar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços ao longo dos estudos que subsidiaram a contratação desses serviços e deverá comprovar, no respectivo processo administrativo, a existência de recursos suficientes para o pagamento dos valores incorridos na delegação, por meio da demonstração de fluxo histórico e projeção futura de recursos." (NR)

"Art. 40.

.....
II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas, respeitados os padrões de qualidade e continuidade estabelecidos pela regulação do serviço;

.....
V - inadimplemento, pelo usuário do serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado, de forma que, em caso de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, a interrupção dos serviços deverá preservar as condições mínimas de manutenção da saúde dos usuários, de acordo com norma de regulação ou norma do órgão de política ambiental.

....."
(NR)

"Art. 42.

.....
§ 5º A transferência de serviços de um prestador para outro será condicionada, em qualquer hipótese, à indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, facultado ao titular atribuir ao prestador que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento." (NR)

"Art. 43.

§ 1º A União definirá parâmetros mínimos de potabilidade da água.

§ 2º A entidade reguladora estabelecerá limites máximos de perda na distribuição de água tratada, que poderão ser reduzidos gradualmente, conforme se verificarem avanços tecnológicos e maiores investimentos em medidas para diminuição desse desperdício." (NR)

" Art. 44. O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários, de efluentes gerados nos processos de tratamento de água e das instalações integrantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos considerará os requisitos de eficácia e eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, ponderada a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

§ 1º A autoridade ambiental competente assegurará prioridade e estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o **caput** deste artigo, em função do porte das unidades, dos impactos ambientais esperados e da resiliência de sua área de implantação.

§ 3º A agência reguladora competente estabelecerá metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição." (NR)

" Art. 45. As edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços.

§ 3º A instalação hidráulica predial prevista no § 2º deste artigo constitui a rede ou tubulação que se inicia na ligação de água da prestadora e finaliza no reservatório de água do usuário.

§ 4º Quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos previstos no **caput** deste artigo, sendo-lhe assegurada a cobrança de um valor mínimo de utilização dos serviços, ainda que a sua edificação não esteja conectada à rede pública.

§ 5º O pagamento de taxa ou de tarifa, na forma prevista no **caput** deste artigo, não isenta o usuário da obrigação de conectar-se à rede pública de esgotamento sanitário, e o descumprimento dessa obrigação sujeita o usuário ao pagamento de multa e demais sanções previstas na legislação, ressalvados os casos de reúso e de captação de água de chuva, nos termos do regulamento.

§ 6º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverão estabelecer prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, onde disponível, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.

§ 7º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá, sob pena de responsabilidade administrativa, contratual e ambiental, até 31 de dezembro de 2025, verificar e aplicar o procedimento previsto no § 6º deste artigo a todas as edificações implantadas na área coberta com serviço de esgotamento sanitário.

§ 8º O serviço de conexão de edificação ocupada por família de baixa renda à rede de esgotamento sanitário poderá gozar de gratuidade, ainda que os serviços públicos de saneamento básico sejam prestados mediante concessão, observado, quando couber, o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

§ 9º Para fins de concessão da gratuidade prevista no § 8º deste artigo, caberá ao titular regulamentar os critérios para enquadramento das famílias de baixa renda, consideradas as peculiaridades locais e regionais.

§ 10. A conexão de edificações situadas em núcleo urbano, núcleo urbano informal e núcleo urbano informal consolidado observará o disposto na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

§ 11. As edificações para uso não residencial ou condomínios regidos pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poderão utilizar-se de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, incluindo águas subterrâneas, de reúso ou pluviais, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso de recursos hídricos, quando devido.

§ 12. Para a satisfação das condições descritas no § 11 deste artigo, os usuários deverão instalar medidor para contabilizar o seu consumo e deverão arcar apenas com o pagamento pelo uso da rede de coleta e tratamento de esgoto na quantidade equivalente ao volume de água captado." (NR)

"Art. 46.

Parágrafo único. Sem prejuízo da adoção dos mecanismos a que se refere o **caput** deste artigo, a ANA poderá recomendar, independentemente da dominialidade dos corpos hídricos que formem determinada bacia hidrográfica, a restrição ou a interrupção do uso de recursos hídricos e a prioridade do uso para o consumo humano e para a dessedentação de animais.” (NR)

“ **Art. 46-A.** (VETADO).”

“ **Art. 47.** O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, nacional, estaduais, distrital e municipais, em especial o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, assegurada a representação:

(NR)

“**Art. 48.** ”

III - uniformização da regulação do setor e divulgação de melhores práticas, conforme o disposto na Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural, por meio da utilização de soluções compatíveis com as suas características econômicas e sociais peculiares;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, considerados fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, porte populacional municipal, áreas rurais e comunidades tradicionais e indígenas, disponibilidade hídrica e riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

XII - redução progressiva e controle das perdas de água, inclusive na distribuição da água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com as demais normas ambientais e de saúde pública;

XIII - estímulo ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água;

XIV - promoção da segurança jurídica e da redução dos riscos regulatórios, com vistas a estimular investimentos públicos e privados;

XV - estímulo à integração das bases de dados;

XVI - acompanhamento da governança e da regulação do setor de saneamento; e

XVII - prioridade para planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento básico integrado, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de relevante interesse social direcionadas à melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento e à governança, com o saneamento básico.” (NR)

“ **Art. 48-A.** Em programas habitacionais públicos federais ou subsidiados com recursos públicos federais, o sistema de esgotamento sanitário deverá ser interligado à rede existente, ressalvadas as hipóteses do § 4º do art. 11-B desta Lei.”

“**Art. 49.** ”

I - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda, a inclusão social e a promoção da saúde

pública;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, incluídos os núcleos urbanos informais consolidados, quando não se encontrarem em situação de risco;

IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e às pequenas comunidades;

XII - promover educação ambiental destinada à economia de água pelos usuários;

XIII - promover a capacitação técnica do setor;

XIV - promover a regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica financeira do bloco;

XV - promover a concorrência na prestação dos serviços; e

XVI - priorizar, apoiar e incentivar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento integrado, nos termos desta Lei." (NR)

"Art. 50.

I -

a) desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços; e

b) eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - à operação adequada e à manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com os recursos mencionados no **caput** deste artigo;

III - à observância das normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico expedidas pela ANA;

IV - ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição, conforme definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;

V - ao fornecimento de informações atualizadas para o Sinisa, conforme critérios, métodos e periodicidade estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;

VI - à regularidade da operação a ser financiada, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 3º desta Lei;

VII - à estruturação de prestação regionalizada;

VIII - à adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente em até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua instituição, nos casos de unidade regional de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada; e

IX - à constituição da entidade de governança federativa no prazo estabelecido no inciso VIII do **caput** deste artigo.

§ 1º Na aplicação de recursos não onerosos da União, serão priorizados os investimentos de capital que viabilizem a prestação de serviços regionalizada, por meio de blocos regionais, quando a sua sustentabilidade econômico-financeira não for possível apenas com recursos oriundos de tarifas ou taxas, mesmo após agrupamento com outros Municípios do Estado, e os investimentos que visem ao atendimento dos Municípios com maiores déficits de saneamento cuja população não tenha capacidade de pagamento compatível com a viabilidade econômico-financeira dos serviços.

§ 5º No fomento à melhoria da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas.

§ 8º A manutenção das condições e do acesso aos recursos referidos no **caput** deste artigo dependerá da continuidade da observância dos atos normativos e da conformidade dos órgãos e das entidades reguladoras ao disposto no inciso III do **caput** deste artigo.

§ 9º A restrição de acesso a recursos públicos federais e a financiamentos decorrente do descumprimento do inciso III do **caput** deste artigo não afetará os contratos celebrados anteriormente à sua instituição e as respectivas previsões de desembolso.

§ 10. O disposto no inciso III do **caput** deste artigo não se aplica às ações de saneamento básico em:

I - áreas rurais;

II - comunidades tradicionais, incluídas áreas quilombolas; e

III - terras indígenas.

§ 11. A União poderá criar cursos de capacitação técnica dos gestores públicos municipais, em consórcio ou não com os Estados, para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.

§ 12. (VETADO).” (NR)

“Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Regional:

I - o Plano Nacional de Saneamento Básico, que conterá:

g) a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da política federal de saneamento básico, com identificação das fontes de financiamento, de forma a ampliar os investimentos públicos e privados no setor;

§ 1º O Plano Nacional de Saneamento Básico deverá:

III - contemplar programa específico para ações de saneamento básico em áreas rurais;

IV - contemplar ações específicas de segurança hídrica; e

V - contemplar ações de saneamento básico em núcleos urbanos informais ocupados por populações de baixa renda, quando estes forem consolidados e não se encontrarem em situação de risco.

§ 3º A União estabelecerá, de forma subsidiária aos Estados, blocos de referência para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico.” (NR)

“Art. 53.

§ 1º As informações do Sinisa são públicas, gratuitas, acessíveis a todos e devem ser publicadas na internet, em formato de dados abertos.

§ 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Regional a organização, a implementação e a gestão do Sinisa, além do estabelecimento dos critérios, dos métodos e da periodicidade para o preenchimento das informações pelos titulares, pelas entidades reguladoras e pelos prestadores dos serviços e para a auditoria própria do sistema.

§ 4º A ANA e o Ministério do Desenvolvimento Regional promoverão a interoperabilidade do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) com o Sinisa.

§ 5º O Ministério do Desenvolvimento Regional dará ampla transparência e publicidade aos sistemas de informações por ele geridos e considerará as demandas dos órgãos e das entidades envolvidos na política federal de saneamento básico para fornecer os dados necessários ao desenvolvimento, à implementação e à avaliação das políticas públicas do setor.

§ 6º O Ministério do Desenvolvimento Regional estabelecerá mecanismo sistemático de auditoria das informações inseridas no Sinisa.

§ 7º Os titulares, os prestadores de serviços públicos de saneamento básico e as entidades reguladoras fornecerão as informações a serem inseridas no Sinisa.” (NR)

“ Art. 53-A. Fica criado o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), colegiado que, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de articular a atuação dos órgãos e das entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.

Parágrafo único. A composição do Cisb será definida em ato do Poder Executivo federal.”

“ Art. 53-B. Compete ao Cisb:

I - coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico;

II - acompanhar o processo de articulação e as medidas que visem à destinação dos recursos para o saneamento básico, no âmbito do Poder Executivo federal;

III - garantir a racionalidade da aplicação dos recursos federais no setor de saneamento básico, com vistas à universalização dos serviços e à ampliação dos investimentos públicos e privados no setor;

IV - elaborar estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisões sobre a alocação de recursos federais no âmbito da política federal de saneamento básico; e

V - avaliar e aprovar orientações para a aplicação dos recursos federais em saneamento básico.”

“Art. 53-C. Regimento interno disporá sobre a organização e o funcionamento do Cisb.”

“ Art. 53-D. Fica estabelecida como política federal de saneamento básico a execução de obras de infraestrutura básica de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável em núcleos urbanos formais, informais e informais consolidados, passíveis de serem objeto de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), nos termos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, salvo aqueles que se encontrarem em situação de risco.

Parágrafo único. Admite-se, prioritariamente, a implantação e a execução das obras de infraestrutura básica de abastecimento de água e esgotamento sanitário mediante sistema condominial, entendido como a participação comunitária com tecnologias apropriadas para produzir soluções que conjuguem redução de custos de operação e aumento da eficiência, a fim de criar condições para a universalização.”

Art. 8º A Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 1º Fica a União autorizada a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-

privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado.

Parágrafo único. (Revogado)." (NR)

"Art. 2º

.....

§ 3º

.....

II - por doações de qualquer natureza, inclusive de Estados, do Distrito Federal, de Municípios, de outros países, de organismos internacionais e de organismos multilaterais;

III - pelo reembolso de valores despendidos pelo agente administrador e pelas bonificações decorrentes da contratação dos serviços de que trata o art. 1º desta Lei;

.....

V - pelos recursos derivados de alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações; e

VI - por outros recursos definidos em lei.

§ 4º

I - as atividades e os serviços técnicos necessários à estruturação e ao desenvolvimento das concessões e das parcerias público-privadas passíveis de contratação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado;

I-A - os serviços de assistência técnica a serem financiados pelo fundo;

I-B - o apoio à execução de obras;

.....

III-A - as regras de participação do fundo nas modalidades de assistência técnica apoiadas;

IV - o chamamento público para verificar o interesse dos entes federativos, em regime isolado ou consorciado, em realizar concessões e parcerias público-privadas, exceto em condições específicas a serem definidas pelo Conselho de Participação no fundo a que se refere o art. 4º desta Lei;

.....

VI - as sanções aplicáveis na hipótese de descumprimento dos termos pactuados com os beneficiários;

VII - a contratação de instituições parceiras de qualquer natureza para a consecução de suas finalidades; e

VIII - a contratação de serviços técnicos especializados.

.....

§ 10. O chamamento público de que trata o inciso IV do § 4º deste artigo não se aplica à hipótese de estruturação de concessões de titularidade da União, permitida a seleção dos empreendimentos diretamente pelo Conselho de Participação no fundo de que trata o art. 4º desta Lei.

§ 11. Os recursos destinados à assistência técnica relativa aos serviços públicos de saneamento básico serão segregados dos demais e não poderão ser destinados para outras finalidades do fundo." (NR)

Art. 9º A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....
 § 4º Aplicam-se aos convênios de cooperação, no que couber, as disposições desta Lei relativas aos consórcios públicos." (NR)

"Art. 8º

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

....."
 (NR)

"Art. 11.

.....
 § 2º A retirada ou a extinção de consórcio público ou convênio de cooperação não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos, cuja extinção dependerá do pagamento das indenizações eventualmente devidas." (NR)

"Art. 13.

.....
 § 6º (Revogado).

.....
 § 8º Os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico deverão observar o art. 175 da Constituição Federal, vedada a formalização de novos contratos de programa para esse fim." (NR)

Art. 10. O § 1º do art. 1º da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 1º

§ 1º

.....
 III - às unidades regionais de saneamento básico definidas pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

....." (NR)

Art. 11. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19.

.....
 XIX - periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 10 (dez) anos.

....." (NR)

" Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos:

I - até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais;

II - até 2 de agosto de 2022, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com países limítrofes;

III - até 2 de agosto de 2023, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010; e

IV - até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Nos casos em que a disposição de rejeitos em aterros sanitários for economicamente inviável, poderão ser adotadas outras soluções, observadas normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo órgão competente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais." (NR)

Art. 12. Fica autorizada a transformação, sem aumento de despesa, por ato do Poder Executivo federal, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) com valores remuneratórios totais correspondentes a:

I - 4 (quatro) Cargos Comissionados de Gerência Executiva (CGE), dos quais:

a) 2 (dois) CGE I; e

b) 2 (dois) CGE III;

II - 12 (doze) Cargos Comissionados Técnicos (CCT) V; e

III - 10 (dez) Cargos Comissionados Técnicos (CCT) II.

Art. 13. Decreto disporá sobre o apoio técnico e financeiro da União à adaptação dos serviços públicos de saneamento básico às disposições desta Lei, observadas as seguintes etapas:

I - adesão pelo titular a mecanismo de prestação regionalizada;

II - estruturação da governança de gestão da prestação regionalizada;

III - elaboração ou atualização dos planos regionais de saneamento básico, os quais devem levar em consideração os ambientes urbano e rural;

IV - modelagem da prestação dos serviços em cada bloco, urbano e rural, com base em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA);

V - alteração dos contratos de programa vigentes, com vistas à transição para o novo modelo de prestação;

VI - licitação para concessão dos serviços ou para alienação do controle acionário da estatal prestadora, com a substituição de todos os contratos vigentes.

§ 1º Caso a transição referida no inciso V do **caput** deste artigo exija a substituição de contratos com prazos distintos, estes poderão ser reduzidos ou prorrogados, de maneira a convergir a data de término com o início do contrato de concessão definitivo, observando-se que:

I - na hipótese de redução do prazo, o prestador será indenizado na forma do art. 37 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e

II - na hipótese de prorrogação do prazo, proceder-se-á, caso necessário, à revisão extraordinária, na forma do inciso II do caput do art. 38 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 2º O apoio da União será condicionado a compromisso de conclusão das etapas de que trata o **caput** deste artigo pelo titular do serviço, que ressarcirá as despesas incorridas em caso de descumprimento desse compromisso.

§ 3º Na prestação dos serviços públicos de saneamento básico, os Municípios que obtiverem a aprovação do Poder Executivo, nos casos de concessão, e da respectiva Câmara Municipal, nos casos de privatização, terão prioridade na obtenção de recursos públicos federais para a elaboração do plano municipal de saneamento básico.

§ 4º Os titulares que elegerem entidade de regulação de outro ente federativo terão prioridade na obtenção de recursos públicos federais para a elaboração do plano municipal de saneamento básico.

Art. 14. Em caso de alienação de controle acionário de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento básico, os contratos de programa ou de concessão em execução poderão ser substituídos por novos contratos de concessão, observando-se, quando aplicável, o Programa Estadual de Desestatização.

§ 1º Caso o controlador da empresa pública ou da sociedade de economia mista não manifeste a necessidade de alteração de prazo, de objeto ou de demais cláusulas do contrato no momento da alienação, ressalvado o disposto no § 1º do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, fica dispensada anuência prévia da alienação pelos entes públicos que formalizaram o contrato de programa.

§ 2º Caso o controlador da empresa pública ou da sociedade de economia mista proponha alteração de prazo, de objeto ou de demais cláusulas do contrato de que trata este artigo antes de sua alienação, deverá ser apresentada proposta de substituição dos contratos existentes aos entes públicos que formalizaram o contrato de programa.

§ 3º Os entes públicos que formalizaram o contrato de programa dos serviços terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do recebimento da comunicação da proposta de que trata o § 2º deste artigo, para manifestarem sua decisão.

§ 4º A decisão referida no § 3º deste artigo deverá ser tomada pelo ente público que formalizou o contrato de programa com as empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 5º A ausência de manifestação dos entes públicos que formalizaram o contrato de programa no prazo estabelecido no § 3º deste artigo configurará anuência à proposta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 6º (VETADO).

§ 7º (VETADO).

Art. 15. A competência de que trata o § 3º do art. 52 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, somente será exercida caso as unidades regionais de saneamento básico não sejam estabelecidas pelo Estado no prazo de 1 (um) ano da publicação desta Lei.

Art. 16. (VETADO).

Art. 17. Os contratos de concessão e os contratos de programa para prestação dos serviços públicos de saneamento básico existentes na data de publicação desta Lei permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 18. Os contratos de parcerias público-privadas ou de subdelegações que tenham sido firmados por meio de processos licitatórios deverão ser mantidos pelo novo controlador, em caso de alienação de controle de empresa estatal ou sociedade de economia mista.

Parágrafo único. As parcerias público-privadas e as subdelegações previstas neste artigo serão mantidas em prazos e condições pelo ente federativo exercente da competência delegada, mediante sucessão contratual direta.

Art. 19. Os titulares de serviços públicos de saneamento básico deverão publicar seus planos de saneamento básico até 31 de dezembro de 2022, manter controle e dar publicidade sobre o seu cumprimento, bem como comunicar os respectivos dados à ANA para inserção no Sinisa.

Parágrafo único. Serão considerados planos de saneamento básico os estudos que fundamentem a concessão ou a privatização, desde que contenham os requisitos legais necessários.

Art. 20. (VETADO).

Art. 21. (VETADO).

Art. 22. (VETADO).

Art. 23. Revogam-se:

I - o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

II - o § 1º (antigo parágrafo único) do art. 3º da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

III - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005:

a) o § 1º do art. 12;

b) o § 6º do art. 13;

IV - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 :

a) os §§ 1º e 2º do art. 10;

b) os arts. 14, 15 e 16;

c) os incisos I e II do caput do art. 21;

d) o inciso I do caput do art. 31;

e) o inciso I do caput do art. 35;

V - os seguintes dispositivos da Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017 :

a) o parágrafo único do art. 1º;

b) o § 3º do art. 4º.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de julho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

André Luiz de Almeida Mendonça

Paulo Guedes

Tarcisio Gomes de Freitas

Ricardo de Aquino Salles

Rogério Marinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 16.7.2020.

*

NOTA TÉCNICA Nº 13/2021

Brasília, 15 de abril de 2021.

ÁREA:	Saneamento Básico, com apoio de Finanças e Consórcios Públicos
TÍTULO:	Orientações para a participação na consulta pública da Norma de Referência da ANA sobre o estabelecimento da cobrança pelo manejo de resíduos sólidos urbanos.
REFERÊNCIAS:	<u>Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007</u> <u>Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010</u> <u>Lei 14.026, de 15 de julho de 2020</u> <u>Norma de Referência 1/ANA/2021 (versão preliminar)</u>
AUTORES:	Pedro Duarte, Alex Carneiro, Elisa Kandratavicius e Joanni Henrichs

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Regulação do Saneamento e Consulta Pública

Com a sanção do novo marco regulatório do saneamento, Lei 14.026/2020, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) passou a ser a entidade responsável pela regulação do saneamento, editando Normas de Referência (NR) que orientarão o exercício de regulação e fiscalização pelas entidades reguladoras subnacionais. Ressalta-se que a adoção dessas NR pelas entidades é condição para o acesso a recursos federais, conforme o art. 4º-B da Lei 14.026/2020.

Uma das preocupações da Confederação Nacional de Municípios (CNM) relacionada à regulação do saneamento básico é que as **NR editadas pela ANA tenham caráter geral**, considerando a dimensão continental do território brasileiro e o diversificado contexto municipal neste país. Dessa forma, as entidades reguladoras subnacionais (estaduais, regionais e municipais) promoverão a efetiva regulação a partir das peculiaridades

regionais e municipais, sem o esvaziamento da sua função de regulação, a fim de que não sejam meras fiscalizadoras do cumprimento das NR da ANA.

O novo marco previu que as NR editadas pela ANA devem ser submetidas à consulta pública com o intuito de colher contribuições da sociedade civil organizada antes da sua aprovação.

Assim, a primeira norma editada pela ANA referente à cobrança para o manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) está disponível para consulta pública com período de contribuição **até as 18h do dia 18 de abril de 2021**. Os documentos para *download*, norma e anexos, bem como o acesso para contribuir à consulta se encontram **AQUI**.

A NR1/ANA/2021 dispõe sobre “o regime, a estrutura e os parâmetros da **cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos**, bem como [sobre] os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias”.

A CNM destaca a importância da participação dos gestores municipais na consulta pública, uma vez que a norma aborda o tema da cobrança, que impacta diretamente no orçamento municipal e na qualidade da gestão de resíduos sólidos.

A presente Nota Técnica (NT) tem por objetivo informar os gestores municipais acerca das obrigações municipais referentes à cobrança e à sustentabilidade econômico-financeira previstas na Lei 14.026/2020, além de abordar os aspectos fundamentais da versão preliminar da NR1/ANA/2021 para auxiliar os gestores na participação na consulta pública.

A fim de facilitar o entendimento da NR1/ANA/2021, há uma contextualização das previsões legais e normativas. Ademais, esta NT foi estruturada por temas, unificando assuntos tratados em partes distintas da norma da ANA para uma melhor compreensão dos gestores.

1.2. Obrigatoriedade da cobrança

O novo marco regulatório do saneamento, Lei 14.026/2020, estabeleceu que a sustentabilidade econômico-financeira do manejo de resíduos sólidos urbanos será assegurada pela **remuneração mediante cobrança dos serviços prestados**, dentre outros instrumentos.

A Lei ainda estabeleceu que a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço (Municípios), até 15 de julho de 2021¹, configura renúncia de receita, resultando em possíveis penalidades aos gestores e aos Municípios nos termos da Lei Complementar 101/2000, a chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”.

1.3. Sustentabilidade econômico-financeira

O art. 29 da Lei 14.026/2020 estabelece que os “serviços públicos de saneamento básico **terão a sustentabilidade econômico-financeira²** assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário [...]”.

De forma geral, entende-se por sustentabilidade econômico-financeira a arrecadação, por cobrança e outros instrumentos, cujo valor arrecadado possibilite a cobertura integral dos custos associados à prestação de serviços.

O § 3º do art. 35 estabelece a **obrigatoriedade de comprovar a sustentabilidade** da cobrança pelos serviços de manejo de RSU, **no caso de prestação dos serviços sob regime de delegação**, conforme trecho extraído da Lei, apresentado seguir.

§ 3º Na hipótese de prestação sob regime de delegação, **o titular do serviço deverá obrigatoriamente demonstrar a sustentabilidade econômico-financeira** da prestação dos serviços ao longo dos estudos que subsidiaram a contratação desses serviços e deverá comprovar, no respectivo processo administrativo, a existência de recursos suficientes para o pagamento dos valores incorridos na delegação, por meio da demonstração de fluxo histórico e projeção futura de recursos. (NR) (Grifos nossos)

¹ No item 7 desta nota técnica serão apresentados todos os prazos referentes à cobrança.

² A versão preliminar da NR1/ANA/2021 define a sustentabilidade financeira como a cobrança, arrecadação e efetiva disponibilização ao prestador de serviços suficientes para fazer frente aos custos eficientes de operação e manutenção (Opex) e de investimentos prudentes e necessários (Capex), bem como a justa remuneração do capital investido para a prestação adequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos no longo prazo.

Desde a discussão do PL 4.162/2019, que deu origem à Lei 14.026/2020, a CNM demonstra preocupação relacionada ao peso que o projeto e a lei trouxeram em assegurar a sustentabilidade pela cobrança e por outros instrumentos, por dois motivos:

- histórico e tendência de baixo aporte de investimentos de recursos federais não onerosos para a gestão de resíduos;
- crise econômica generalizada, afetando a capacidade de pagamento dos municípios, usuários dos serviços de manejo de resíduos.

Estudos elaborados pela CNM para verificar a atuação da União sobre o tema de resíduos sólidos demonstram a completa ausência de recursos federais desde 2016 investidos na gestão de resíduos, com execução somente aos restos a pagar de anos anteriores ao citado. Apesar de o novo marco do saneamento ter estabelecido a obrigatoriedade da cobrança, a reduzida disponibilidade do governo federal em financiar investimentos por recursos não onerosos inviabilizará o alcance da sustentabilidade econômico-financeira em curto e médio prazo.

Além disso, o Brasil se encontra em crise econômica desde 2014, agravada com a pandemia da Covid-19. Esse contexto de fragilidade econômica do país, de forma generalizada, reflete na redução da capacidade de pagamento dos municípios, requerendo cautela no estabelecimento da cobrança, não se recomendando a definição de valores pautados pela busca da sustentabilidade em curto prazo.

Resumindo, em que pese a necessidade da cobrança para a melhoria da gestão e a redução do peso político associado ao gestor municipal pela obrigatoriedade estabelecida em lei federal, há que se ter bom senso na definição dos valores praticados na cobrança, considerando o contexto citado nos parágrafos anteriores. Dessa forma, o controle social na definição das políticas de cobrança é indispensável para o êxito da gestão municipal de resíduos sólidos.

1.4. Prestação regionalizada

O novo marco do saneamento estabelece a necessidade da prestação regionalizada dos serviços de saneamento, além da cobrança para a melhoria da gestão dos serviços públicos.

A regionalização pode ser entendida como o agrupamento de Municípios composto, sempre que possível, por Municípios com portes distintos, visando ao compartilhamento de estrutura administrativa, incluindo profissionais, de infraestrutura e equipamentos, da prestação dos serviços, entre outros benefícios; possibilitando aos Municípios pequenos, que representam quase 90% do total, avanços na gestão do saneamento, pela união com Municípios maiores.

Do ponto de vista econômico, a regionalização é uma questão fundamentalmente de escala para assegurar a viabilidade econômico-financeira da prestação de serviços, requerendo arranjos com Municípios, não necessariamente limítrofes, para que os superavitários, normalmente maiores, compensem os déficits de arrecadação em Municípios pequenos, que representam a maioria absoluta dos Municípios brasileiros.

Respeitando a autonomia municipal, o novo marco previu adesão facultativa dos titulares (Municípios) dos serviços públicos de saneamento às estruturas de prestação regionalizada (art. 8º-A da Lei 14.026/2020 e art. 2º § 2º do Decreto Federal 10.588/2020). Porém, **a não adesão impede o acesso a recursos federais** para ampliação e melhoria das condições do saneamento básico. O prazo estabelecido na Lei para adesão à estrutura de governança é de até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua instituição.

Por fim, cabe citar que, para a gestão de resíduos sólidos, o consórcio público é considerado uma forma de regionalização na legislação do setor de saneamento, desde que seja composto **exclusivamente por Municípios** (art. 8º, inc. I da Lei 14.026/2020) e instituído com **finalidade exclusiva** do manejo de resíduos sólidos e limpeza pública (art. 2º § 11 do Decreto Federal 10.588/2020).

Os consórcios públicos são regulamentados na Lei 11.107/2005 e no Decreto 6.017/2007. A biblioteca virtual da CNM dispõe de uma série de publicações com orientações diversas sobre os consórcios, incluindo o passo a passo para a sua instituição. Para acessá-las, basta usar o *link*: www.consorcios.cnm.org.br.

2. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DE APLICAÇÃO DA NORMA

2.1 Manejo de RSU e Limpeza Pública

A NR 1/2021 da ANA disciplina a cobrança pela prestação do serviço público de **manejo de resíduos sólidos urbanos**, compreendido pelos serviços de coleta e transporte, incluindo o transbordo (transferência), triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos.

A norma não prevê a cobrança pelos serviços públicos de limpeza urbana, que incluem varrição, poda, capina, roçada e congêneres, **mas abrange a cobrança pelo manejo dos resíduos originários desses serviços de limpeza urbana**, já que serão submetidos à coleta, tratamento e/ou disposição final, etapas do manejo de RSU.

Os serviços limpeza urbana, listados no parágrafo anterior, não farão parte do escopo da NR, pois, por serem indivisíveis³, não possibilitam a identificação de seus usuários; portanto, não podem ser cobrados mediante taxas⁴ e tarifas⁵. Dessa forma, não sendo possível definir o instrumento para a sua cobrança específica (taxa, tarifa etc.), esses serviços continuarão sendo custeados integralmente pela municipalidade com os recursos fiscais disponíveis (ANA, 2021).

2.2 Grandes geradores

A norma também não abrange os resíduos de grandes geradores, que são aqueles gerados na indústria, no comércio e nos prestadores de serviços, com características semelhantes às dos resíduos domiciliares (não perigosos), mas que não foram equiparados, pelo Município, aos resíduos domiciliares em função da sua quantidade gerada. Esses resíduos são de responsabilidade privada, do gerador, o qual deverá arcar com o seu manejo.

³ Serviços indivisíveis – são os serviços prestados para toda a coletividade sem distinção, ou seja, o poder público não consegue identificar, de forma individualizada, as pessoas beneficiadas por um serviço prestado.

⁴ A Súmula Vinculante 19/2009, publicada pelo Supremo Tribunal Federal, considera **constitucional** o emprego de **taxa** cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

⁵ A Lei 11.445/2007 com a alteração promovida pela Lei 14.026/2020 passou a estabelecer a possibilidade de cobrança de **tarifas** pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos. Antes do novo marco legal do saneamento básico, não havia definição clara e objetiva dessa opção na legislação vigente, pois não há jurisprudência definitiva do STF.

Como, normalmente, nos Municípios pequenos e médios não há prestadores especializados no manejo de resíduos de grandes geradores, a norma admite que o prestador do serviço público atenda a esses geradores mediante cobrança.

Obviamente, não faria sentido cobrar dos munícipes e dispensar os comerciantes. Nesse sentido, cabe ressaltar que, com a obrigatoriedade da cobrança, a distinção, por lei municipal, entre grande e pequeno gerador de resíduos comerciais e de prestadores de serviços não desobriga o pequeno de pagar.

De fato, essa diferenciação entre pequenos e grandes fará sentido nos Municípios maiores, em que o pequeno gerador de resíduos comerciais será atendido pelo serviço municipal enquanto os grandes geradores poderão ser atendidos exclusivamente por empresas especializadas, caso o Município opte pelo não atendimento dos grandes geradores.

3. INSTRUMENTOS DE COBRANÇA

A NR admite a cobrança pelo regime tributário, mediante aplicação de **taxas**, e pelo regime administrativo, para o caso de **tarifas** e outros preços públicos, com uma recomendação para o uso preferencial de tarifas, visando ao alcance mais rápido da sustentabilidade financeira.

Diante da previsão legal e normativa estabelecendo a cobrança por taxa ou tarifa, torna-se importante diferenciar esses dois instrumentos de cobrança.

3.1 Taxa

A taxa é uma espécie de **tributo** prevista no inc. II do art. 145 da Constituição Federal de 1988, só podendo ser instituída por Entes federados, ou seja, pelo poder público.

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes **tributos**:

II – **taxas**, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; [...] (Grifos nossos)

Nota-se o caráter compulsório das taxas, ou seja, o usuário é obrigado a pagar pelo serviço público divisível posto à sua disposição, mesmo se não usufruir desse

serviço. Cabe ressaltar que há geração de resíduos nos domicílios permanentes urbanos habitados, logo, os moradores usufruirão dos serviços de coleta de resíduos.

As taxas também são disciplinadas no art. 77 da Lei Federal 5.172/1966, conhecida como Código Tributário Nacional (CTN), que reforça a previsão constitucional, conforme segue:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

3.2 Tarifa

A tarifa não é uma espécie de tributo, sendo uma modalidade de preço público. Outra diferença entre os dois instrumentos de cobrança é que a tarifa, diferentemente da taxa, não tem caráter compulsório, sendo assim, o usuário somente irá pagar a tarifa em decorrência do efetivo uso do serviço posto à sua disposição.

A cobrança por tarifas também está prevista na Constituição Federal (inc. III do parágrafo único do art. 175), onde incumbe ao poder público o estabelecimento da política tarifária aplicável no caso da delegação da prestação dos serviços públicos a terceiros, por meio de concessão ou permissão.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

III – política **tarifária**; [...] (Grifo nosso)

3.3 Cobrança pelos consórcios públicos

Atente-se que o novo marco legal do saneamento traz a possibilidade de regionalização mediante formação de consórcios públicos intermunicipais. No entanto, a Lei 11.107/2005 faz menção apenas à emissão e à arrecadação de tarifas e outros preços públicos por parte dos consórcios, conforme trecho do art. 2º.

Art. 2º § 2º Os consórcios públicos poderão **emitir** documentos de cobrança e exercer atividades de **arrecadação de tarifas e outros preços públicos** pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de

bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado. (Grifos nossos)

As taxas não estão previstas na “Lei de Consórcios”, mas, na prática, existem consórcios que já atuam com este instrumento de cobrança para ações administrativas de proteção do meio ambiente e execução do licenciamento ambiental⁶, fazendo a arrecadação e a gestão em fundo específico, porém sem sua instituição, a qual deve ser feita pelos Municípios consorciados. Cumpre mencionar que existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional (PL 4.679/2020) para permitir o processo de gestão e arrecadação de taxas pelos consórcios públicos.

4. ESTRUTURA DE COBRANÇA EM PRESTAÇÃO REGIONALIZADA

A NR define a estrutura de cobrança como a

matriz de classificação dos usuários do SMRSU⁷ que pode considerar um ou mais fatores, dentre os quais a categoria do imóvel, sua localidade, o nível de renda dos usuários, a frequência da coleta ou o volume de serviços por ele utilizados ou disponibilizados para coleta e destinação final, para efeito de cobrança, de modo a ratear o custo do SMRSU.

Nos casos de prestação regionalizada por **consórcios públicos**, a NR estabelece que

deve ser adotada a **mesma estrutura de cobrança** para todos os municípios que compõem a Prestação Regionalizada do SMRSU, podendo resultar em valores unitários diferentes desde que justificados por particularidades da prestação dos serviços em cada município. No caso da prestação regionalizada de uma ou mais atividades operacionais que compõem o SMRSU, podem ser adotadas diferentes estruturas de cobrança dos serviços, conforme as particularidades locais. (Grifos nossos)

A possibilidade de cobrança de valores unitários diferentes para os Municípios consorciados é fundamental, pois no manejo de RSU há uma série de serviços, sendo que alguns podem ser prestados com compartilhamento de equipamentos e infraestruturas pelos Municípios que compõem o consórcio e outros com prestação individualizada pelo Município.

⁶ Decisão do TCE/PR a respeito. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/consorcio-municipal-pode-arrecadar-e-gerenciar-taxas-de-licenciamento-ambiental/6586/N>. Acesso em: 10/04/2021.

⁷ SMRSU: Serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

De forma geral, há os seguintes serviços: coleta (convencional e seletiva), o transporte incluindo o transbordo (transferência de resíduos), o tratamento (compostagem, biodigestão anaeróbia e outros), a triagem (segregação de resíduos recicláveis), o aproveitamento energético de rejeitos e a disposição final de rejeitos em aterros sanitários.

Em um arranjo regional hipotético, por exemplo, com 20 (vinte) Municípios, 12 (doze) podem compartilhar estações de transbordo (transferência) de resíduos, enquanto outros 8 (oito) Municípios podem transportar os resíduos/rejeitos diretamente para o aterro sanitário, dependendo da distância. Dessa forma, cada consórcio terá seu arranjo e cada Município contará com soluções específicas, uns com maior compartilhamento de serviços e infraestruturas e outros menos, resultando em valores diferentes da prestação regionalizada dos serviços.

5. PARÂMETROS EMPREGADOS NA COBRANÇA

De acordo com a NR, para definição do valor a ser cobrado de cada usuário, o instrumento de cobrança pode adotar os seguintes parâmetros, isoladamente ou por meio de fórmula paramétrica:

- I) categoria do imóvel;
- II) bairro ou região onde se encontra o imóvel relacionado ao nível de renda dos usuários;
- III) dimensões do imóvel (área construída);
- IV) frequência da coleta;
- V) volume de água faturado pelo prestador de serviços de abastecimento de água;
- VI) volume dos resíduos, efetivos ou cujas coleta e destinação foram colocadas à disposição;
- VII) volume dos resíduos que o usuário destinou à reutilização ou reciclagem.

Cabe ressaltar que, não necessariamente, todos os parâmetros listados acima precisam ser considerados na fórmula da cobrança, ficando a cargo do Município a definição dos parâmetros aplicáveis à sua realidade.

Uma novidade trazida na norma é a possibilidade do emprego do volume de água consumido pelo domicílio na fórmula de cobrança, permitindo ampliação da base cadastral de usuários dos Municípios e uma aproximação da geração de resíduos pelo tamanho da família e nível de renda, já que o poder aquisitivo influi diretamente no consumo de água e geração de resíduos, captando as flutuações da economia. Além disso, na base de cadastro de usuários dos prestadores de serviços de abastecimento de água tem o registro das famílias que pagam mediante tarifa social, facilitando na identificação dos domicílios que poderão pagar valores reduzidos pelo manejo de resíduos, em função da sua condição financeira.

6. FORMA DE COBRANÇA (DOCUMENTO)

A versão preliminar da NR prevê que a arrecadação deverá ser realizada **mensal ou anualmente**, por meio de um dos seguintes documentos:

I) carnê ou guia de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); ou

II) fatura do serviço público:

- a. de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- b. de abastecimento de água; ou
- c. de outro prestador de serviço público.

A opção da cobrança pelo carnê do IPTU se mantém, pois é a forma que a maioria dos Municípios brasileiros vem adotando, embora seja a que resulta em maior inadimplência da população, dificultando o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A NR ainda prevê que

quando utilizado documento para a cobrança da remuneração de outro serviço público, deve ser previsto no custo do SMRSU o valor de **ressarcimento ao prestador do outro serviço público**, conforme estabelecido em **contrato celebrado** entre as partes e aprovado pela entidade reguladora do SMRSU. (Grifos nossos)

Nesse sentido, destaca-se a opção já empregada em alguns Municípios do Estado do Paraná que tem funcionado para aumentar a arrecadação pelo manejo de RSU – a cobrança cofaturada na conta de água e esgoto da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Essa opção reduz significativamente a inadimplência da cobrança pelo manejo de resíduos, pois o não pagamento da conta de água e esgoto reflete na interrupção do serviço de abastecimento de água potável.

7. PRAZOS PREVISTOS NA LEI DE SANEAMENTO E NA NORMA

7.1 Prazos para a proposição do instrumento de cobrança

Como já abordado nesta NT, a Lei 14.026/2020 estabeleceu que **a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço (Municípios), até 15 de julho de 2021, configura renúncia de receita**, resultando em possíveis penalidades aos gestores e Municípios nos termos da Lei Complementar 101/2000, a chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”.

A versão preliminar da NR1/ANA/2021 conceitua **renúncia de receita** como

Ausência de proposição de instrumento de cobrança, a partir de 16 de julho de 2021, salvo se comprovado que o titular possui recursos suficientes que assegure a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços no exercício corrente, e nos três que lhe sucederão, nos termos do art. 35, § 2º, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, na redação da Lei 14.026, de 15 de julho de 2020.

Sabe-se que, na prática, nenhum Município brasileiro que ainda não estabeleceu a cobrança assegura a sustentabilidade financeira; portanto, nos Municípios em que ainda não há cobrança, os gestores devem se atentar ao prazo estabelecido. Entretanto, após diálogo com a ANA, a CNM recebeu a orientação de que a data-limite de 15 de julho de 2021 é para a proposição de instrumento. Sendo assim, o gestor municipal não precisa ainda ter a lei já em vigor nem a efetiva cobrança nesta data. Por outro lado, é necessário propor o instrumento de cobrança, o que significa, por exemplo, no caso de taxa, enviar projeto de lei sobre a cobrança para a Câmara de Vereadores.

7.2 Prazo para a cobrança por taxa

A efetiva cobrança pelo manejo de RSU mediante **taxa**, modalidade de tributo, só poderá ocorrer em 2022, pois, de acordo com o art. da 150 da Constituição Federal, os tributos deverão ser instituídos por Lei e **não poderão** ser cobrados nas três condições abaixo, previstas na CF:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

Dessa forma, a efetiva **cobrança das taxas**, pela prestação do manejo de RSU, **deve ocorrer a partir de janeiro de 2022**, o que impõe a data-limite de aprovação da lei municipal que regulamenta a taxa em 3/10/2021, pelo princípio tributário de noventa (90 dias).

7.2 Prazo para a cobrança por tarifa

No caso de tarifas, a versão preliminar da NR 1/ANA/2021 estabelece que caso não haja instrumento de cobrança **instituído** até 31 de dezembro de 2021, deve a entidade reguladora oficial o titular, a fim de que este comprove em 60 (sessenta) dias que essa omissão não configura renúncia ilegal de receita. A NR ainda aponta que “em caso de ausência de resposta ou de resposta insatisfatória, **deve a entidade reguladora instituir a tarifa**, adotando-se as diretrizes previstas nesta Norma de Referência”.

Cabe salientar que a regulação por entidades subnacionais no setor de resíduos no Brasil é mínima, com desafios enormes de estruturar, não somente os Municípios, mas também as entidades reguladoras que precisarão ser criadas e estruturadas como corpo técnico qualificado, além da autonomia financeira e decisória prevista na Lei.

8. CONCLUSÃO

A presente nota técnica buscou informar os gestores acerca das obrigações municipais referentes à cobrança e à sustentabilidade econômico-financeira previstas na

legislação vigente e na versão preliminar da NR1/ANA/2021, submetida à consulta pública.

A Confederação Nacional de Municípios reitera que a legislação atinente ao saneamento básico, em especial à gestão de resíduos sólidos no Brasil, Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), traz desafios enormes para o país, com obrigações a todos, não somente aos Municípios, mas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e ao setor privado.

A CNM corrobora a necessidade da regionalização e da aplicação dos instrumentos de cobrança para a melhoria da gestão de resíduos sólidos, mas reitera que a sustentabilidade econômico-financeira depende de outros instrumentos e medidas, incluindo o financiamento de infraestruturas com recursos não onerosos da União e o apoio técnico, inclusive dos Estados, necessários para o êxito da implementação da PNRS. Além disso, o delicado contexto econômico vigente no país que afeta os brasileiros não pode ser desconsiderado nas políticas de cobrança pela prestação do manejo de RSU.

Saneamento/CNM
saneamento@cnm.org.br

Finanças/CNM
financas@cnm.org.br

Consórcios Públicos/CNM
consorcios@cnm.org.br

PLANILHA DE CALCULO PARA EFETIVAÇÃO DOS CUSTOS COM LIMPEZA PÚBLICA/LIXO/RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO/ENTULHOS

ATERRO SANITÁRIO/ABASTECIMENTOS/EPI'S	
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LIMPEZA PÚBLICA:	R\$ 437.149,41
ESAL - "CAVA":	R\$ 508.350,00
MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES LIMPEZA:	R\$ 15.469,67
SERVIDORES LOTADOS NA LIMPEZA PÚBLICA:	R\$ 432.041,02
	R\$ 1.393.010,10

ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL DOS IMÓVEIS DA CIDADE DE PRADÓPOLIS (M²):	759755,94
--	------------------

VALOR DA TAXA DOS RESÍDUOS/M² DO IMÓVEL / ANO:	R\$ 1,83
---	-----------------

** valores base referentes ao ano de 2020*

Prefeitura Municipal de Pradópolis
CNPJ nº 48.664.296/0001-71

Gasto com servidores municipais lotados na limpeza pública durante o ano de 2.020

Fazem parte da reestruturação: Salários, Horas Extras, Adicionais, Auxílio Alimentação e 13º Salário

Nome	Cargo	Remuneração	INSS	FGTS	TOTAL	Auxílio
Claudionicio José da Silva	Motorista	41.720,01	9.720,76	3.337,60	54.778,37	10.060,59
João Pontes Câmara	Motorista	33.364,64	7.773,96	2.669,17	43.807,77	7.156,99
Leandro Cassine	Motorista	12.127,74	2.825,76	970,22	15.923,72	3.382,84
Marcio Luiz Cardozo	Serv. Gerais	23.582,42	5.494,70	1.886,59	30.963,72	9.189,76
Marcos Antonio dias	Serv. Gerais	35.457,98	8.261,71	2.836,64	46.556,33	10.060,59
Willian Qualha	Serv. Gerais	35.000,17	8.155,04	2.800,01	45.955,22	10.060,59
Edson Silva Martins	Serv. Gerais	35.443,59	8.258,36	2.835,49	46.537,43	10.060,59
Marcio Donizeti da Silva	Serv. Gerais	35.605,22	8.296,02	2.848,42	46.749,65	10.060,59
Antonio Carlos Migano	Serv. Gerais	19.611,52	4.569,48	1.568,92	25.749,93	4.986,33
TOTAIS:		271.913,29	63.355,80	21.753,06	357.022,15	75.018,87
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		357.022,15				
TOTAL DO AUX. ALIMENTAÇÃO:		75.018,87				
TOTAL GERAL:		432.041,02				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**Rua Tiradentes, 956
48664296/0001-71

Exercício: 2020

EMPENHOS LIQUIDADOS POR CENTRO DE CUSTO DE 01/01/2020 A 31/12/2020

Página 1

Data	Emp/Sub	Tipo	Nome	LIQUIDADA
GRUPO	002		SERVIÇOS MUNICIPAIS	
			CODIGO	004 LIMPEZA PUBLICA
05/02/2020	00273 /001	OR NV	DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	6.956,80
11/02/2020	00273 /002	OR NV	DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	571,20
12/02/2020	00738 /001	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	13.467,44
06/03/2020	00738 /002	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	11.642,08
06/03/2020	01017 /001	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	17.456,80
06/04/2020	00273 /003	OR NV	DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	1.960,50
06/04/2020	00738 /003	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	19.083,81
06/04/2020	01017 /002	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	39.631,02
15/04/2020	01017 /003	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	31.555,97
30/04/2020	01017 /004	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	31.555,97
11/05/2020	00738 /004	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	12.282,42
12/05/2020	01017 /005	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	-31.555,97
12/05/2020	02471 /001	OR NV	BURITI MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	60,00
22/05/2020	01017 /006	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	32.017,86
01/06/2020	01017 /007	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	1.120,63
09/06/2020	00738 /005	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	9.504,43
22/06/2020	01017 /008	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	29.463,33
22/06/2020	01017 /009	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	-1.120,63
29/06/2020	01017 /010	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	29.463,33
10/07/2020	01017 /011	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	-29.463,33
13/07/2020	00738 /006	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	12.651,93
28/07/2020	01017 /012	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	33.233,10
10/08/2020	00738 /007	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	14.050,77
08/09/2020	00738 /008	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	12.057,51
08/10/2020	00738 /009	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	14.391,50
03/11/2020	01017 /013	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	31.533,22
06/11/2020	00738 /010	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	14.182,74
04/12/2020	01017 /014	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	33.147,23
09/12/2020	00738 /011	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	3.905,80
15/12/2020	00738 /012	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	9.706,12
28/12/2020	00738 /013	OR NV	AUTO POSTO MONTE SERENO EIRELI	73,45
28/12/2020	01017 /015	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	32.562,38
28/12/2020	01017 /017	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	-32.562,38
28/12/2020	01017 /016	OR NV	ESTRE SPI AMBIENTAL SA	32.562,38
TOTAL				437.149,41

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS**

Rua Tiradentes, 956

48664296/0001-71

Exercício: 2020

EMPENHOS LIQUIDADOS POR CENTRO DE CUSTO DE A

Página 1

Data	Emp/Sub	Tipo	Nome	LIQUIDADADA
GRUPO	011		TRANSPORTE MUNICIPAL	487,00
CODIGO	111		FOR-3059 FORD CARGO 1719-COLETA LIXO	487,00
09/03/2020	01541	/001	OR NV LEANDRO CONSTANTINO GUINCHO LTDA	350,00
09/03/2020	01542	/001	OR NV LEANDRO CONSTANTINO GUINCHO LTDA	90,00
22/06/2020	03795	/001	OR NV MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA FERREIRA	47,00
TOTAL GERAL				487,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS**

Rua Tiradentes, 956

48664296/0001-71

Exercício: 2020

EMPENHOS LIQUIDADOS POR CENTRO DE CUSTO DE A

Página 1

Data	Emp/Sub	Tipo	Nome	LIQUIDADADA
GRUPO	013		MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	50,00
CODIGO	995		GIN-6059 CAMINHÃO BASC. CARGO 816 PLACA	50,00
15/04/2020	02488	/001	OR NV JK BORRACHARIA PRADOPOLIS LTDA-ME	50,00
TOTAL GERAL				50,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS**

Rua Tiradentes, 956

48664296/0001-71

Exercício: 2020

EMPENHOS LIQUIDADOS POR CENTRO DE CUSTO DE A

Página 1

Data	Emp/Sub	Tipo	Nome	LIQUIDADADA
GRUPO	006	LIMPEZA PUBLICA		14.060,55
CODIGO	003	EGI 8684 CAMINHAO FORD CARGO 2011		14.060,55
02/03/2020	01083	/001	OR NV MARTINS MECANICA, PECAS E SERVICOS EIRELI	1.059,43
02/03/2020	01084	/001	OR NV MARTINS MECANICA, PECAS E SERVICOS EIRELI	160,00
02/03/2020	01087	/001	OR NV MARTINS MECANICA, PECAS E SERVICOS EIRELI	378,56
02/03/2020	01088	/001	OR NV MARTINS MECANICA, PECAS E SERVICOS EIRELI	160,00
09/03/2020	01543	/001	OR NV LEANDRO CONSTANTINO GUINCHO LTDA	80,00
06/05/2020	02653	/001	OR NV PABLO FERNANDO AMARAL -ME	495,00
22/06/2020	03801	/001	OR NV MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA FERREIRA	218,55
16/07/2020	03802	/001	OR NV MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA FERREIRA	11.509,01
TOTAL GERAL				14.060,55

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS**

Rua Tiradentes, 956

48664296/0001-71

Exercício: 2020

EMPENHOS LIQUIDADOS POR CENTRO DE CUSTO DE A

Página 1

Data	Emp/Sub	Tipo	Nome	LIQUIDADADA
GRUPO	013		MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	872,12
CODIGO	017		BNZ 3902 - CAMINHÃO COLETOR DE LIXO	872,12
27/03/2020	01085 /001	OR NV	MARTINS MECANICA, PECAS E SERVICOS EIRELI	872,12
TOTAL GERAL				872,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS

Rua Tiradentes, 956

48664296/0001-71

Exercício: 2020

LISTAGEM DE DESPESA POR FICHA

Data	Emp/Sub	Tipo	Ficha	Local	Funcional	Categ	Plano	TCE	Descrição	Vinc. Grupo	Vinc. Código	Fte. Grupo	Fte. Código	LIQUIDADADA
Cod: 17350 ESAL - EMPREENDIMENTOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA										CNPJ/CPF 56.963.895/0001-14				
ORÇAMENTÁRIA														
29/04/2020	02679 /001	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	42.830,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
07/05/2020	02679 /002	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	65.780,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
07/05/2020	02679 /004	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	-65.780,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
08/05/2020	02679 /003	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	38.870,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
08/06/2020	02679 /005	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	44.620,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
10/07/2020	02679 /006	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	37.950,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
14/08/2020	02679 /007	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	71.760,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
15/09/2020	02679 /008	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	53.130,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
19/10/2020	02679 /009	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	56.580,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
16/11/2020	02679 /010	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	54.280,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
15/12/2020	02679 /011	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	55.200,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
28/12/2020	02679 /012	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	53.130,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
28/12/2020	02679 /013	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	-53.130,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
28/12/2020	02679 /014	OR	393	020910	15.452.0041.2024.0000	3	3	90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	110	000	01	00	53.130,00
PREGÃO PRESENCIAL N.47														
TOTAL ORÇAMENTÁRIO														508.350,00
TOTAL DO FORNECEDOR														508.350,00
TOTAL GERAL														508.350,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS CNPJ: 48664296000171

RUA TIRADENTES, Nº 00956 - CENTRO

Estatística por Bairro Exercício : 2021

Data Emissão: 13/07/2021
 Hora: 18:24:58
 Exercício: 2021
 Usuário: F100000097
 Página(s): 1 de 1

Bairros	Quantidade	Área Edif.	VVEdif.	Área Exc.	Área Terr.	VV Terr.	Testada
1 - CENTRO	1486	274.633,28	51.917.731,02	0,00	759.395,69	50.237.653,06	18.914,52
11 - J. DOS IPES	128	12.668,22	1.092.744,83	0,00	43.755,23	2.327.814,06	1.566,47
113 - JARDIM DAS OLIVEIRAS	174	14.596,59	778.432,28	0,00	44.932,32	2.698.238,58	2.107,72
114 - JARDIM DOS FLAMBOYANT	145	6.938,34	577.563,36	0,00	37.255,04	1.701.769,24	1.687,34
115 - JARDIM DOS JACARANDAS	39	925,26	65.311,76	0,00	10.303,50	379.475,06	429,68
119 - PARQUE DOS PASSAROS	272	6.878,04	309.801,13	0,00	69.892,91	2.806.091,76	2.999,78
120 - NOVA PRADOPOLIS I	408	18.707,03	1.146.845,70	0,00	106.142,67	4.800.172,39	4.254,32
180 - JD MIRIAN	1	182,00	38.120,38	0,00	318,60	23.059,72	12,00
2 - J. SAO PAULO	229	31.907,31	3.790.290,75	0,00	62.250,08	4.702.861,83	2.395,50
20 - J. MARIA LUIZA I	383	41.741,67	2.438.210,23	0,00	107.272,92	6.815.214,23	4.091,74
207 - NOVA PRADOPOLIS II	431	8.679,70	417.018,99	0,00	111.106,30	4.269.798,07	4.517,17
245 - PARQUE DOS PASSAROS II	223	54,04	1.442,50	0,00	61.026,46	1.804.607,53	2.431,91
26 - SOUZA	10	2.342,58	389.705,94	0,00	14.495,00	472.660,18	224,25
28 - ZONA RURAL	1	0,00	0,00	0,00	250,00	7.381,35	10,00
29 - PERES	4	865,54	115.739,08	0,00	5.696,50	325.278,52	91,30
3 - J. MIRIAN I-II-III	449	68.600,54	9.549.394,18	0,00	152.003,83	10.967.055,25	4.996,00
31 - MARCARI	14	4.091,22	508.192,02	0,00	18.340,00	916.524,88	310,30
39 - CDHU	153	10.915,39	463.026,08	0,00	40.442,46	2.515.550,83	1.610,52
4 - J. PRIMAVERA	475	73.506,56	11.794.569,22	0,00	165.434,19	12.549.131,77	5.183,59
5 - J. BELA VISTA	599	79.203,80	4.401.354,07	0,00	163.331,35	11.666.102,17	6.399,15
6 - J. PAULISTA	298	37.114,67	2.792.865,44	0,00	84.037,74	5.745.284,31	3.290,81
7 - J. BOA VISTA	103	11.349,43	790.203,95	0,00	28.063,62	1.634.072,79	1.063,08
8 - J. MARIA LUIZA II	358	36.022,93	2.224.000,25	0,00	110.908,16	6.350.865,07	4.002,25
89 - NOVA JUNQUEIRA	26	4.011,98	255.955,56	0,00	84.800,00	1.171.830,46	380,22
9 - DISTRITO INDUSTRIAL	14	9.515,91	666.246,37	0,00	64.469,15	1.040.797,63	663,00
93 - J. CAMPO BELO	48	4.303,91	505.640,04	0,00	14.651,58	848.025,79	547,32
Total:	6471	759.755,94	97.030.405,13	0,00	2.360.575,30	138.777.316,53	74.179,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ____ 007 ____ /2021

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS, A TAXA DE SERVIÇO DE COLETA, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO OU RESÍDUOS - TSLR, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.026/2020, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.445/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO MARTINS, Prefeito do Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 71 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal, em Sessão _____ realizada no dia ____ de _____ de 2021, **APROVOU** e ele **SANCIONA e PROMULGA** a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica instituída no âmbito do Município de Pradópolis, a Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR.

CAPÍTULO I **Fato Gerador e Incidência**

Art. 2º. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR, tem como fato gerador à utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo ou resíduos, de fruição obrigatória, em regime público.

§ 1º. São considerados lixo ou resíduos, todos os produtos resultantes das atividades humanas, em sociedade e se apresentam nos estados sólido, semissólido ou líquido, não passíveis de tratamento convencional.

§ 2º. A utilização efetiva ou potencial de que trata este artigo, ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários para fruição.

§ 3º. O fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR, ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

Art. 3º. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR tem incidência anual.

CAPÍTULO II **Base de Cálculo e Valor**

Art. 4º. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR é o equivalente ao custo do serviço destinado ao seu custeio.

§ 1º. A base de cálculo a que se refere o caput deste artigo será rateado entre os imóveis edificados de uso, residencial e não residencial.

§ 2º. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR, será calculada levando-se em consideração a seguinte fórmula:

$\frac{\text{Soma de todos os custos com limpeza pública (R\$)}}{\text{Área construída de todos os imóveis da cidade (m}^2\text{)}} = \text{Resultando no valor da TSLR: (R\$/m}^2\text{)/ano}$

§ 3º. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR, fica fixada no valor de R\$ 1,83 (um real e oitenta e três centavos) por metro quadrado de construção do imóvel, de forma anual, que deverá ser lançada junto ao carnê de IPTU e parcelada da mesma forma.

§ 4º. Os valores constantes desta Lei serão reajustados anualmente pelo índice IPCA (IBGE) acumulado do período.

CAPÍTULO III **Sujeito Passivo**

Art. 5º. O sujeito passivo da Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado atendido pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo ou resíduos.

Art. 6º. Aplica-se aos sujeitos ativo e passivo da TSLR, no que couber, as disposições do Código Tributário do Município de Pradópolis.

CAPÍTULO IV **Lançamento e Arrecadação**

Art. 7º. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação Final de Lixo ou Resíduos – TSLR será lançada de ofício pela Autoridade Tributária, de acordo com os dados constantes do Cadastro Imobiliário Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

§ 1º. A notificação do lançamento da TSLR se dará com o envio do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais no endereço constante do Cadastro Imobiliário Municipal, de atualização obrigatória pelo sujeito passivo, da referida Taxa.

§ 2º. O sujeito passivo da TSLR, que não concordar com o valor lançado, poderá impugná-lo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação de lançamento, por meio de recurso protocolado no departamento competente, devidamente motivado, fundamentando suas alegações por documentos, sob pena do mesmo não ser processado, recebido ou conhecido.

Art. 8º. O lançamento da TSLR, poderá ser:

I – individual;

II – em conjunto com outros tributos; ou

III – por meio de concessionária ou permissionária de serviços públicos em atividade no município, decorrente de convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Pradópolis.

Art. 9º. Na hipótese de inadimplência da TSLR, a Autoridade Tributária adotará as providências previstas no Código Tributário Municipal de Pradópolis.

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias e Finais

Art. 10. Não se incluem nas disposições desta Lei Complementar, o serviço de varrição, recolhimento de volumosos (poda de árvore e móveis), resíduos de construção civil, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos industriais, que serão objetos de legislação própria.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, correrão por conta das dotações próprias de orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 12. Esta Lei Complementar entrará em vigor da data de 15 de julho de 2021, produzindo efeitos financeiros a partir do exercício de 2022.

Prefeitura Municipal de Pradópolis, em 15 de julho de 2021.

SILVIO MARTINS
Prefeito Municipal de Pradópolis